

PUBLICIDADE LEGAL



PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ nº 43.035.146/0001-85  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)					
	2022	2021			
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	30.862	174.772	Fornecedores	28.907	34.587
Contas a receber de clientes	146.297	138.229	Empréstimos e financiamentos	57.960	63.003
Impostos a recuperar	39.911	6.275	Obrigações sociais	117.946	106.335
Despesas antecipadas	16.001	15.905	Obrigações fiscais	26.040	27.191
Partes relacionadas	1.268	1.491	Arrendamento mercantil	22.943	26.200
Adiantamento e outras contas a receber	11.178	8.944	Outras contas a pagar	8.332	3.638
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>245.517</b>	<b>345.616</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>262.128</b>	<b>260.954</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Impostos diferidos	26.211	39.519	Empréstimos e financiamentos	63.202	110.877
Despesas antecipadas	14	14	Arrendamento mercantil	57.939	47.619
Impostos a recuperar	3.594	4.321	Obrigações fiscais	26.348	37.103
Outras contas a receber	11.345	11.654	Partes relacionadas	1.348	1.328
Processos judiciais	43.441	37.387	Provisão para riscos	153.320	13.945
Imobilizado	491.675	485.410	Atuarial com plano médico	32.908	43.945
Intangível	53.083	57.004	Outras provisões	112	193
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>629.363</b>	<b>635.309</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>335.177</b>	<b>412.123</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>874.880</b>	<b>980.925</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>874.880</b>	<b>980.925</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.228.064</b>	<b>1.268.155</b>	
Custo dos serviços prestados	(770.276)	(705.592)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>457.788</b>	<b>562.563</b>	
<b>Despesas operacionais</b>			
Vendas	(17.741)	(16.173)	
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(380)	429	
Gerais e administrativas	(391.311)	(430.834)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18.312	(1.881)	
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>66.668</b>	<b>114.101</b>	
Receitas financeiras	29.787	17.252	
Despesas financeiras	(50.235)	(13.424)	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(20.448)</b>	<b>3.828</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>46.220</b>	<b>117.932</b>	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.426)	(51.162)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.952)	10.977	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.842</b>	<b>77.747</b>	
<b>Lucro por ação</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,25%</b>	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)						
	Reserva de lucros					
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>315.262</b>	<b>(143.210)</b>	<b>28.717</b>	<b>250.714</b>	<b>8.503</b>	<b>459.986</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	77.747
Reserva legal	-	-	3.887	-	-	(3.887)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(235.382)	(235.382)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(161.522)	-	161.522
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	5.496	5.496
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>315.262</b>	<b>(143.210)</b>	<b>32.604</b>	<b>89.192</b>	<b>13.999</b>	<b>307.847</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.842
Reserva legal	-	-	1.042	-	-	(1.042)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(61.513)	(61.513)
Reversão de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(41.713)	-	41.713
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	10.399	10.399
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>315.262</b>	<b>(143.210)</b>	<b>33.646</b>	<b>47.479</b>	<b>24.398</b>	<b>277.575</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>20.842</b>	<b>77.747</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.842</b>	<b>77.747</b>	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	65.311	81.859	
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	324	680	
(Reversão) provisão para perdas de créditos esperadas	2.980	4.299	
Atualização monetária de provisão para riscos	(38.506)	(15.668)	
(Reversão) provisão para riscos	4.717	3.295	
Provisão para atuarial com plano de assistência médica	(82)	34	
Outras provisões	17.426	51.162	
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.952	(10.977)	
Juros e variações monetárias empréstimos e arrendamento mercantil	46.443	13.582	
Atualização monetária Refis	1.694	916	
Exclusão ICMS base do Pis e Cofins - Transitado e julgado em 2022	(16.562)	-	
<b>Variação nos ativos operacionais</b>	<b>130.707</b>	<b>226.537</b>	
Contas a receber	(8.447)	23.379	
Impostos a recuperar	(16.348)	10.955	
Despesas antecipadas	(95)	3.524	
Partes relacionadas	223	(64)	
Outras contas a receber	(6.054)	7.438	
Depósitos judiciais	(1.924)	(13.940)	
<b>Variação nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	(5.680)	14.308	
Obrigações sociais	9.917	5.393	
Obrigações fiscais	(10.170)	(14.788)	
Outras contas a pagar	4.695	(8.815)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>96.824</b>	<b>253.927</b>	
Juros pagos arrendamento	(6.744)	(1.774)	
Juros pagos empréstimos	(20.686)	(11.505)	
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(19.163)	(50.504)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>50.231</b>	<b>189.734</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Venda de imobilizado	22	5.425	
Aquisição de imobilizado	(48.532)	(92.880)	
Aquisição de intangível	(5.321)	(11.949)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(53.831)</b>	<b>(99.404)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recursos recebidos de partes relacionadas	20	19	
Empréstimos e financiamentos captados	15.404	66.700	
Empréstimos e financiamentos pagos	(68.021)	(50.145)	
Pagamento de arrendamento mercantil	(26.200)	(32.131)	
Dividendos pagos	(61.513)	(235.382)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(140.310)</b>	<b>(250.939)</b>	
<b>Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(143.910)</b>	<b>(160.609)</b>	
<b>Saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo inicial	30.862	174.772	
Saldo final	174.772	335.381	
<b>Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(143.910)</b>	<b>(160.609)</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Contexto operacional:** A Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores ("Protege" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim, serviços de vigilância, processamento e custódia dos valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e serviços. A Companhia está sediada no Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1.300, em Santo André, e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Acre, Rondônia e no Distrito Federal. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou geração de caixa operacional de R\$ 50.231 e o capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 16.611 (R\$ 84.662 em 2020 positivo), principalmente decorrente dos investimentos em veículos, obras e novas bases operacionais, das amortizações dos empréstimos e financiamento mercantil. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Alinhado a essa estratégia operacional a Controladora Proslav integralizou capital social na data de 14 de março de 2023 no montante de R\$ 50.000. Portanto, a companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os procedimentos contábeis geralmente adotados no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional:** A administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Protege possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. **5. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Receita de contrato com cliente:** receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial desse ativo. **b) Instrumentos financeiros: I. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente no reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia tenha ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **II. Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui títulos de dívida e outros instrumentos financeiros. **III. Descontos:** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **IV. Avaliação de ativos financeiros:** A Companhia realiza uma avaliação do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **a)** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. **b)** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. **c)** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. **d)** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. **e)** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **f)** Os ativos financeiros mantidos para negociação são avaliados com base no valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. **Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. **III. Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sem um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **IV. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **V. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge":** Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge": A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **VI. Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32. **c) Imobilizado: I. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imo-

bilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **II. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **III. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Construções e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 a 25 anos
Instalações	3 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de informática	4 a 10 anos
Armamento equipamentos de vigilância	2 a 20 anos

**d) Ativos intangíveis: Marcas e patentes:** A marcas e patentes são mensurados ao custo, não sofrem amortização. **II. Direitos de uso de software:** Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. **III. Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **IV. Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para o período de custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As marcas e patentes não são amortizadas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

5 anos
--------

**e) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **I. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **a)** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **a)** Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de período esperada para a vida inteira. **b)** Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. **c)** Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **a)** O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais dos seguintes impactos prejudiciais aos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que o ativo financeiro tem problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **a)** Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. **b)** Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. **c)** Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais. **d)** A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **e)** O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixas:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem nenhuma razão razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: **a)** Inadimplência ou atrasos do devedor. **b)** Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais. **c)** Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros judiciais. **d)** Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. **e)** O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **d)** Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinham sido identificadas. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida por meio do resultado. **II. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado. **III. Administração da Companhia não identificou indicativo de "impairment" em 31 de dezembro de 2022 e 2021. f) Benefícios a empregados: I. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **II. Benefícios pós-emprego - Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, sendo a Companhia coparticipadora do plano e seus colaboradores contribuintes com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido a cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. O cálculo da obrigação de plano de médico é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Arrendamentos:** A norma CPC 06 (R2), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. **i) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: **a)** Receita de juros. **b)** Despesas de juros. **c)** Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. **d)** Ganhos/perdas em operações de "Swap". A receita e a despesa de juros são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos. **II. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados com itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E			
---	--	--	--